

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**VICTOR HENRIQUE DORIGATTI**

**CRISE NO SISTEMA BANCÁRIO:  
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS MACROECONÔMICAS DA  
CRISE BANCÁRIA DE 2008 NOS ESTADOS UNIDOS**

**VARGINHA-MG  
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**VICTOR HENRIQUE DORIGATTI**

**CRISES NO SISTEMA BANCÁRIO:  
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS MACROECONÔMICAS DA  
CRISE BANCÁRIA DE 2008 NOS ESTADOS UNIDOS**

Trabalho de conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX) apresentado como um dos requisitos para conclusão do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas – MG.

Orientador: Professor Marçal Serafim Cândido.

**VARGINHA-MG  
2023**

## RESUMO

A crise bancária de 2008 causou um impacto expressivo na economia global. Esta pesquisa com objetivo de compreender as causas e consequências macroeconômicas de uma crise bancária, explora as origens, causas e implicações por meio de indicadores específicos, com foco nos eventos ocorridos nos Estados Unidos, aprofunda-se na revisão conceitual das crises bancárias, destacamos seu papel e influência no cenário financeiro mundial. Identificamos as causas específicas da crise de 2008, como os empréstimos de alto risco e as falhas na regulação do setor financeiro, notados como elementos fundamentais. As consequências macroeconômicas foram marcadas por uma redução acentuada do PIB nos EUA, aumento significativo do desemprego e uma crise imobiliária profunda. O sistema financeiro sofreu abalos, como as falências de instituições e intervenções governamentais. Esses efeitos se espalharam globalmente, mina a confiança nos mercados financeiros. Os principais indicadores, como PIB, desemprego, dívida, inflação, vendas no varejo e taxas de juros, revelam a interconexão dos fatores econômicos durante a crise. As causas complexas, inclui empréstimos de alto risco e inovação financeira desregulada, ilustram as origens do colapso. A complexidade e interdependência desses indicadores demonstram o impacto da crise e a importância de regulamentações eficazes e da análise contínua de indicadores econômicos para prevenir futuras crises. O estudo e análise da "Lei Dodd-Frank" se revelam essenciais para compreender como a legislação busca fortalecer a resiliência do sistema econômico global, aprendendo com as lições cruciais extraídas da crise de 2008. Promulgada em 2010 nos Estados Unidos, essa legislação abrangente visa evitar a repetição de eventos desestabilizadores, impondo regulamentações mais rigorosas ao setor financeiro. Ao abordar lacunas e fragilidades identificadas durante a crise, a "Lei Dodd-Frank" oferece um modelo valioso de reforma regulatória, que visa preservar a estabilidade financeira e fortalecer as instituições para enfrentar desafios econômicos futuros.

**Palavras-chave:** Crise financeira, Indicadores econômicos, Subprime.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>6</b>
<b>2.1. DEFINIÇÃO DE CRISES BANCÁRIAS .....</b>	<b>6</b>
<b>2.2. COMO AS CRISES BANCÁRIAS SURGEM E SUAS CAUSAS .....</b>	<b>7</b>
<b>2.2.1. ORIGEM DAS CRISES BANCÁRIAS .....</b>	<b>7</b>
<b>2.2.2. CONSEQUÊNCIAS POTENCIAIS DAS CRISES BANCÁRIAS .....</b>	<b>8</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>9</b>
<b>4- ANÁLISE DA CRISE SISTÊMICA DE 2008 .....</b>	<b>11</b>
<b>4.1- EVENTOS QUE ANTECEDERAM A CRISE .....</b>	<b>11</b>
<b>4.2 – IMPACTOS MACROECONOMICOS DA CRISE DE 2008.....</b>	<b>13</b>
<b>4.3 – POLITICAS GOVERNAMENTAS APLICADAS APÓS A CRISE.....</b>	<b>18</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## INTRODUÇÃO

O sistema bancário é um alicerce vital para a economia global, desempenha um papel fundamental na intermediação de recursos, oferta de crédito e gestão de riscos. No entanto, é suscetível a crises de várias origens, desde choques externos a deficiências na gestão, conforme discutido por Datz (2002). A crise bancária de 2008 representa um marco relevante na história financeira moderna, redefine o cenário econômico global, no qual seus eventos deixaram impactos nos mercados e na consciência pública (REINHART; ROGOFF, 2009)

Nesse contexto, a pergunta de pesquisa "Quais são causa e as consequências macroeconômicas de uma crise bancária?" ganha relevância. A magnitude do impacto ultrapassou as fronteiras das instituições financeiras, impacta famílias, empresas e governos globalmente (CECHIN E MONTOYA, 2017). Essa pesquisa propõe-se a examinar as causas e consequências macroeconômicas de uma crise bancária, explora as origens, causas e implicações por meio de indicadores específicos, com foco nos eventos ocorridos nos Estados Unidos

A análise das crises bancárias é fundamental para economistas, políticos e cidadãos, como afirmado por Fernandes (2010). Embora uma crise bancária possa parecer um evento distante, suas implicações são tangíveis, impacta a vida de milhões. Compreender não apenas como elas ocorrem, mas também as consequências que se propagam como ondas em um lago tranquilo, é essencial.

Os bancos centrais, como ressaltado por Roque e Zanini (2022), têm a responsabilidade de manter a estabilidade dos preços, do sistema financeiro e de fomentar o crescimento econômico sustentável. Utilizam instrumentos como taxa de juros, oferta de moeda, operações de mercado aberto e regras prudenciais para influenciar as decisões de bancos comerciais e agentes econômicos, afeta o risco e a rentabilidade das operações bancárias.

Este estudo, após revisar a literatura sobre crises bancárias, se concentra na crise de 2008. Analisaremos as causas específicas dessa crise, assim como as consequências macroeconômicas desdobradas. Sua relevância reside em esclarecer os mecanismos do sistema financeiro e como suas falhas têm repercussões na economia real. Compreender as causas da crise é essencial para a prevenção de futuras crises e para a formulação de políticas econômicas sólidas.

Além disso, este trabalho contribui para entender como eventos isolados podem desencadear reações em cadeia no sistema financeiro e na economia global. A crise bancária de 2008, conforme destacado por Borça Junior e Torres Filho (2008), foi uma lição dolorosa, mas oferece valiosos ensinamentos para avaliação de riscos e gestão financeira.

O objetivo geral deste estudo é obter uma compreensão dos impactos macroeconômicos gerados pela crise financeira de 2008, além de investigar as implicações das políticas governamentais implementadas como resposta a esse cenário. A intenção é extrair lições valiosas desse período crítico, contribuindo assim para o fortalecimento da estabilidade econômica. Os objetivos específicos incluem a análise das causas fundamentais que desencadearam a crise, a avaliação dos impactos macroeconômicos resultantes e uma investigação aprofundada das medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos em resposta a essa crise.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

A revisão de literatura desempenha um papel central na compreensão das causas e consequências das crises bancárias, fornece uma base teórica para este estudo. Para isso, é importante abordar não apenas a definição das crises bancárias, mas também explorar categorias específicas, o histórico, a intervenção governamental e os impactos socioeconômicos.

### **2.1. DEFINIÇÃO DE CRISES BANCÁRIAS**

Crises bancárias representam eventos de importância no cenário financeiro, capazes de desencadear efeitos em cascata em escala nacional e global. Elas surgem quando o sistema bancário enfrenta sérias dificuldades, resulta em desconfiança entre depositantes e, frequentemente, corridas bancárias (BERNANKE; GEITHNER; PAULSON JR, 2020). Essas crises frequentemente envolvem a insolvência ou fragilidade financeira de instituições como bancos e outras entidades de crédito. A perda de confiança dos depositantes pode desencadear a retirada em massa de fundos, reduz a liquidez e potencialmente leva ao colapso do sistema bancário (BERNANKE; GEITHNER; PAULSON JR, 2020).

A categorização das crises bancárias, abordada por Reinhart e Rogoff (2009), destaca tipos como liquidez, solvência e sistêmicas. Crises de liquidez envolvem falta temporária de recursos, crises de solvência relacionam-se a falhas em cumprir obrigações de longo prazo, e crises sistêmicas, as mais graves, impactam todo o sistema financeiro de um país (KANE, 1989). A crise global de 2008 impactou significativamente a Grécia, onde desencadeou a crise da dívida soberana em 2009. Agências de classificação rebaixaram a nota de crédito grega, aumentando custos de empréstimos. A resposta coordenada da UE e FMI em 2010 destacou a interconexão financeira na Europa (BERNANKE; GEITHNER; PAULSON JR, 2020).

Ademais, examinar o histórico de crises bancárias ao longo do tempo, como a Grande Depressão ou as crises mais recentes, como a do Sudeste Asiático em 1997, oferece uma perspectiva mais abrangente (KINDLEBERGER; ALIBER, 2015). Esses eventos históricos destacam padrões recorrentes e mudanças estruturais, fornece lições valiosas para a compreensão da crise de 2008 e seus desdobramentos.

A intervenção governamental e regulatória é um ponto-chave na gestão de crises bancárias (SHERMAN; KENYON, 2008). Políticas adotadas pelos governos para prevenir ou mitigar os impactos incluem resgates financeiros, regulações mais rígidas e reformas no sistema financeiro.

Finalmente, o impacto socioeconômico das crises bancárias vai além do sistema financeiro, afeta o emprego, a renda das famílias, o acesso ao crédito e as desigualdades econômicas (REINHART; ROGOFF, 2009). Esses eventos influenciam a confiança no sistema financeiro e moldam a estabilidade econômica de uma nação.

## **2.2. COMO AS CRISES BANCÁRIAS SURGEM E SUAS CAUSAS**

As crises bancárias representam eventos relevantes no sistema financeiro, desencadeia efeitos que reverberam desde o âmbito nacional até impactos de escala global, diante disso é importante compreender os motivos que causam uma crise bancária e as potenciais consequências macroeconômicas.

### **2.2.1. ORIGEM DAS CRISES BANCÁRIAS**

Essas crises emergem quando o sistema bancário enfrenta dificuldades substanciais, resulta em uma desconfiança generalizada entre depositantes e, em

muitos casos, precipita a corridas bancárias. O cerne dessas dificuldades geralmente reside na insolvência ou fragilidade financeira de instituições como bancos e entidades de crédito (BERNANKE; GEITHNER; PAULSON JR, 2020).

Além das condições citadas, as causas subjacentes às crises bancárias são multifacetadas e incluem fatores como a desregulamentação financeira, crédito arriscado, impacto da globalização financeira e falhas na supervisão e regulação (REINHART; ROGOFF, 2009).

A desregulamentação financeira, ao flexibilizar as regras bancárias, pode permitir comportamentos de risco e especulação excessiva, leva à fragilidade do sistema. O histórico das crises financeiras, explorado por Reinhart e Rogoff (2009), fornece uma visão mais ampla das ramificações dessas práticas.

Crédito arriscado, como os empréstimos subprime, pode desencadear instabilidade no sistema, conforme discutido por Kindleberger e Aliber (2015). Esses tipos de empréstimos de alto risco contribuem para a fragilidade do sistema financeiro.

O impacto da globalização financeira, analisado por Stiglitz (2017), destaca como a interconexão dos mercados financeiros globais pode amplificar o impacto de crises locais, transformando-as em crises globais.

Além disso, falhas na supervisão e regulação, como apontado por Kane (1989), podem permitir comportamentos arriscados ou práticas não éticas no setor bancário, contribui para o surgimento de crises bancárias.

A compreensão do conceito de crises bancárias é crucial para contextualizar a crise de 2008 e suas implicações macroeconômicas. A partir dessa base conceitual, é possível explorar as causas e consequências específicas dessa crise histórica, além de extrair lições valiosas para prevenir e gerir crises futuras, tanto no âmbito nacional quanto global.

### **2.2.2. CONSEQUÊNCIAS POTENCIAIS DAS CRISES BANCÁRIAS**

As crises bancárias desencadeiam uma série de impactos multifacetados que ultrapassam os limites das instituições financeiras, com amplos efeitos na economia e no cotidiano das pessoas. Dentre as diversas esferas afetadas, destaca-se:

**Estabilidade Financeira:** Durante crises, a possibilidade de colapso ou dificuldades significativas enfrentadas pelos bancos gera instabilidade no sistema financeiro, afeta a confiança nesse sistema (REINHART; ROGOFF, 2009).

**Restrições no Crédito e Investimentos:** Crises bancárias frequentemente desencadeiam uma redução acentuada na concessão de empréstimos por parte das instituições bancárias. Essa restrição ao crédito afeta negativamente empresas e consumidores, influencia a atividade econômica (REINHART; ROGOFF, 2009).

**Impactos Macroeconômicos:** Os efeitos macroeconômicos são sentidos de forma contundente, leva a uma possível contração do Produto Interno Bruto (PIB) devido à diminuição do consumo e dos investimentos, que resulta em aumento do desemprego (CALOMIRIS; GORTON, 1991).

**Estabilidade Social e Governamental:** A desconfiança no sistema financeiro durante crises bancárias não apenas afeta a estabilidade do setor, mas também influencia a percepção geral da estabilidade social. Essa desvalorização de ativos e investimentos impacta diretamente a segurança financeira das famílias (BORIO; DREHMANN, 2009).

**Respostas Governamentais e Regulatórias:** Em muitos casos, as crises bancárias demandam intervenções diretas dos governos para resgatar instituições financeiras, gerando custos significativos aos cofres públicos. Adicionalmente, esses eventos frequentemente impulsionam reformas e mudanças regulatórias para prevenir futuros colapsos financeiros (BERNANKE; GEITHNER; PAULSON JR, 2020)

**Globalização Financeira:** As crises bancárias têm o potencial de transcender as fronteiras nacionais, dissemina instabilidade para outras economias devido à interconexão global, e impacta diversos mercados financeiros (BORIO; DREHMANN, 2009).

Essas consequências não apenas afetam o presente, mas moldam as políticas econômicas, regulatórias e financeiras do futuro. Compreender esses desdobramentos é importante para a formulação de estratégias preventivas eficazes e a manutenção da estabilidade do sistema financeiro em âmbito global.

### **3. METODOLOGIA**

A escolha da metodologia desempenha um papel central na análise detalhada das origens e consequências macroeconômicas da crise bancária de 2008. Este

capítulo apresenta a metodologia adotada, com ênfase na revisão de literatura, com o intuito de garantir uma análise abrangente apoiada por evidências sólidas.

A opção pela revisão de literatura é fundamentada na necessidade de obter uma compreensão detalhada dos eventos e tendências relacionados a essa crise histórica. Além disso, destaca-se como uma estratégia para identificar e incorporar contribuições significativas de artigos relevantes, enriquece a análise com perspectivas embasadas e atualizadas sobre o tema.

A revisão de literatura abrange uma ampla gama de fontes, desde artigos acadêmicos, livros, relatórios governamentais e análises de instituições financeiras. Segundo Soares, Picolli e Casagrande (2018), este processo inclui a seleção de literatura pertinente e uma análise crítica das teorias e evidências apresentadas, visa o oferecer uma compreensão do problema, e integra diversas perspectivas e conclusões provenientes da literatura existente.

O escopo desta revisão de literatura alinha-se ao propósito de sintetizar pesquisas e materiais de alta relevância sobre o tema, incluindo contribuições de autores de renome conforme destacado por. Destaca-se a seleção de trabalhos significativos, como os do ex-presidente do Federal Reserve (FED), Ben Bernanke, que desempenhou papel crucial durante a crise, e de Kenneth Rogoff, renomado por suas contribuições nos estudos sobre crises bancárias. Essa escolha estratégica de autores proeminentes enriquece a revisão, oferecendo ensinamentos valiosos.

Para embasar esta análise, foram coletados dados referentes aos indicadores macroeconômicos de um recorte temporal abrangendo os anos de 2005 a 2010, considerando alguns anos anteriores e posteriores ao período crítico da crise bancária de 2008. A fonte para esses dados é o site "Countryeconomy", reconhecido por sua confiabilidade e por disponibilizar informações abrangentes sobre indicadores econômicos de diversas nações. A escolha desses anos específicos visa capturar o cenário econômico que precedeu a crise, a própria crise e os primeiros anos de recuperação. A utilização de fontes confiáveis, como o "Countryeconomy", assegura a precisão e a consistência dos dados, fundamentando assim as análises e conclusões apresentadas neste estudo.

No próximo capítulo, serão explorados os resultados obtidos por meio dessa metodologia, onde proporciona uma visão aprofundada das causas e consequências macroeconômicas da crise bancária de 2008, respaldada por evidências sólidas provenientes da revisão de literatura.

## **4- ANÁLISE DA CRISE SISTÊMICA DE 2008**

A crise bancária de 2008 representou um marco histórico no sistema financeiro global, desencadeou um colapso significativo e desafiou as bases da economia mundial. Seu ponto de origem remonta a práticas arriscadas no mercado imobiliário dos Estados Unidos, especialmente ligadas à concessão de empréstimos de alto risco, as hipotecas subprime. A falha em avaliar devidamente o risco associado a esses produtos financeiros complexos provocou uma reação em cadeia, afligiu a confiança nos mercados e expôs a fragilidade do sistema financeiro (BORIO; DREHMANN, 2009).

A análise dessa crise é fundamental para entender não apenas suas raízes, mas também as complexas ramificações e as lições cruciais que moldaram as políticas financeiras e regulatórias.

### **4.1- EVENTOS QUE ANTECEDERAM A CRISE**

A crise bancária de 2008 é uma análise complexa, com raízes multifacetadas e repercussões significativas. Conforme apontado por Wessel (2009), diversos setores estariam envolvidos nessa crise, desde executivos que arriscaram empresas, gestores de risco, agências de avaliação de crédito até órgãos reguladores que negligenciaram a supervisão econômica.

Entre os fatores que desencadearam a crise, a bolha imobiliária nos Estados Unidos desempenhou papel por uma valorização excessiva e insustentável dos preços dos imóveis, segundo Santiago (2022):

O mercado imobiliário esteve na origem da formação da bola que deu início à crise das hipotecas subprime. No final de 2006 os preços das residências nos Estados Unidos, em comparação com janeiro de 2000, aumentaram em 126,3%" (SANTIAGO, 2022, p. 26)

Esse cenário imobiliário foi a base para a crise das hipotecas subprime. O colapso dessas hipotecas de alto risco, conforme exposto por Bernanke, Geithner e Paulson Jr. (2020), representou a faísca que desencadeou a crise financeira de 2008. As hipotecas subprime eram concedidas a tomadores que não podiam dar entrada

tradicional ou comprovar rendimentos. Cabe ressaltar a conceituação de hipotecas subprime pontuada por Gontijo e Oliveira (2009):

Ao contrário das hipotecas prime, concedidas a tomadores que dão a entrada tradicional e comprovam os seus rendimentos, as hipotecas subprime correspondem àqueles casos em que, ao adquirir um imóvel através do crédito hipotecário, o comprador-devedor não é capaz de dar qualquer entrada e/ou não tem renda comprovada. Além dessas hipotecas, no mercado norte-americano ainda se pode encontrar os créditos jumbo, que em geral, também são prime, mas ultrapassam o teto de 417.00 dólares, que pode ser adquirido e garantido pelas empresas patrocinadas pelo governo federal [Fannie Mae, e Freddie Mac e a Ginnie Mae], e as hipotecas near-prime, ou seja, próximas das hipotecas prime, correspondendo a tomadores que não conseguem documentar a totalidade de seus rendimentos ou dar a entrada tradicional. Em fins de 2007, cerca de 79% dos créditos hipotecários existentes eram do tipo prime, 14% subprime e 6% near prime. (GONTIJO; OLIVEIRA, 2009, p. 35-6)

A inovação financeira também desempenhou um papel crucial na crise. Instrumentos complexos, como os CDS (*Credit Default Swaps*) e CDO (*Collateralized Debt Obligations*), foram desenvolvidos com base em empréstimos subprime, cabe ressaltar o conceito de CDS e CDO, conforme destacado por Amaral (2009):

No caso dos CDO, foi possível combinar num mesmo produto financeiro empréstimos hipotecários subprime com activos praticamente sem risco. A ideia era que o risco associado aos activos subprime seria diluído na qualidade dos restantes activos: em caso de incumprimento dos clientes subprime, os activos de qualidade compensá-lo-iam. No caso dos CDS foi possível ir transferindo o risco de incumprimento de instituição para instituição: se uma delas não cumprisse, outra cobriria o risco; se esta não cumprisse, outra o faria, e por aí fora, num grande encadeamento de responsabilidades (AMARAL, 2009, p. 132)

Embora esses instrumentos possam ser lucrativos, eles também podem conter ativos tóxicos e com falta de transparência, o que torna difícil para os investidores avaliarem os riscos. Quando a verdadeira qualidade dos ativos subjacentes se torna aparente, a confiança dos investidores pode ser abalada (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2009).

Conforme apontado por Ferreira (2013), ao conceder empréstimos, os bancos registram um aumento equivalente em seus ativos e passivos no balanço patrimonial. A alavancagem, que mede o tamanho dos ativos em relação ao capital próprio, é a ferramenta principal que impede o aumento indefinido no número de empréstimos. Controlar a alavancagem é vital para a estabilidade do sistema financeiro, sendo tema central nos Acordos de Basileia.

De acordo com Freitas (2008), em resposta à crescente ênfase das autoridades regulatórias na liquidez e no capital, os bancos ampliaram o uso da securitização como uma estratégia para gerenciar seus balanços. Ao transformar hipotecas em ativos negociáveis respaldados pelo governo, eles criaram "produtos financeiros estruturados" visando estabelecer um mercado secundário para empréstimos bancários.

Essa falta de regulamentação e supervisão eficaz no setor financeiro pode abrir espaço para práticas de alto risco. Bancos e outras instituições financeiras podem explorar brechas regulatórias, que possibilita iniciativas financeiras de alto risco sem a devida supervisão (KANE, 1989).<sup>1</sup>

## **4.2 – IMPACTOS MACROECONOMICOS DA CRISE DE 2008**

A crise no sistema bancário de 2008 teve consequências profundas em várias dimensões da economia global. Inicialmente, a crise levou ao colapso de grandes instituições financeiras, como o Lehman Brothers, que gerou uma onda de desconfiança no sistema bancário e no mercado financeiro como um todo. Isso resultou em uma restrição do crédito e uma contração significativa da atividade econômica.

As crises bancárias frequentemente desencadeiam uma recessão econômica, caracterizada por uma diminuição na atividade econômica, queda do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento do desemprego. A confiança do consumidor também é abalada, o que pode levar a uma diminuição nos gastos e investimentos (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2009).

---

<sup>1</sup> O filme "The Big Short" oferece uma representação cinematográfica cativante desses eventos, destaca, de maneira acessível, os elementos-chave que contribuíram para a crise financeira de 2008. Recomenda-se a consulta desse filme para uma compreensão mais visual e contextualizada dos acontecimentos.

Segundo Gontijo e Oliveira (2009), a crise se espalhou para outros setores da economia, afetou a indústria, o comércio e o mercado imobiliário, onde levou a um aumento do desemprego e uma redução da renda das famílias. A queda na demanda agregada resultou em uma recessão global, com várias economias entrando em uma fase de contração econômica.

Após a quebra do Lehman Brothers, que marcou o início da crise, a negligência na política monetária dos EUA e a injeção de liquidez suscitaram desconfiança quanto à saúde dos bancos, conforme demonstrado por Borça Júnior e Torres Filho (2009). Revisões nas regulamentações financeiras são frequentes após crises, visando aprimorar a transparência, supervisão e estabilidade do sistema financeiro. Para evitar um colapso total, governos e bancos centrais adotaram intervenções significativas, como resgates financeiros e políticas monetárias expansionistas, com implicações substanciais nas finanças públicas e nas políticas fiscais.

A avaliação dos dados econômicos relacionados à crise bancária de 2008 proporciona uma compreensão das interações e tendências macroeconômicas que culminaram no colapso financeiro. Esses dados revelam as consequências, oferecendo uma análise dos eventos que antecederam e sucederam a crise, que é essencial não apenas para compreender as consequências imediatas da crise, mas também para identificar suas implicações de longo prazo, influenciando políticas, regulamentações e estratégias financeiras subsequentes.

A crise bancária de 2008 desencadeou impactos econômicos cujas reverberações se estenderam muito além das fronteiras dos EUA, moldando o cenário global. Um estudo detalhado desses impactos revela uma narrativa complexa, refletida nos dados de variáveis macroeconômicas cruciais, como PIB, taxa de desemprego, dívida, déficit, inflação, vendas no varejo e taxas de juros.

A análise da evolução do PIB, conforme apresentado na Tabela 1 revela uma perspectiva abrangente do panorama econômico. Os dados evidenciam a marcante desaceleração do crescimento econômico em 2008, com um aumento mínimo de 0,10% em relação ao ano anterior, após períodos mais robustos. Em 2009, essa desaceleração transformou-se em uma queda expressiva de 2,60%, refletindo claramente os impactos da crise financeira. Estes números não apenas ilustram a abrupta desaceleração da atividade econômica, mas também sinalizam implicações negativas, como a redução do consumo, investimentos e a possibilidade de aumento do desemprego, fatores intrinsecamente associados à diminuição do PIB.

**Tabela 1 - Evolução: PIB Nominal**

<b>Data</b>	<b>PIB anual</b>	<b>Variação do PIB (%)</b>
2010	15,05 TRI US\$	2,70%
2009	14,48 TRI US\$	-2,60%
2008	14,77 TRI US\$	0,10%
2007	14,47 TRI US\$	2,00%
2006	13,82 TRI US\$	2,80%
2005	13,04 TRI US\$	3,50%

Elaboração Própria, Fonte: Countryeconomy (2023)

O aumento significativo do desemprego apresentado na Tabela 2, saltou de 4,4% em 2006 para 9,9% em 2009, destaca a realidade dos impactos econômicos da crise de 2008. Essa elevação do desemprego evidencia a instabilidade econômica gerada pelo colapso financeiro. As consequências estendem-se para além das estatísticas, afetando negativamente o poder de compra da população, reduzindo a demanda por bens e serviços. Além disso, o aumento do desemprego desencadeia uma série de efeitos em cascata, incluindo a diminuição da confiança do consumidor, uma redução nos investimentos e uma pressão adicional sobre os recursos públicos destinados a programas sociais.

**Tabela 2 - Taxa de desemprego**

<b>Data</b>	<b>Desemprego (%)</b>	<b>Variação anual (%)</b>
2010	9,30%	-6,06%
2009	9,90%	35,62%
2008	7,30%	46,00%
2007	5,00%	13,64%
2006	4,40%	-10,20%
2005	4,90%	-

Elaboração Própria, Fonte: Countryeconomy (2023)

O salto da dívida pública, de 64,57% para 95,14% do PIB entre 2007 e 2010 conforme apresentado na Tabela 3, reflete a resposta governamental à crise de 2008. Apesar de ter sido uma estratégia para estabilizar a economia, esse aumento tem

implicações significativas. Pode pressionar o orçamento público, limitar futuros investimentos e prejudicar a confiança dos investidores. O encarecimento do serviço da dívida e o potencial rebaixamento na classificação de crédito do país são desafios adicionais. Assim, embora tenha sido vital durante a crise, a gestão prudente da dívida é crucial para a estabilidade econômica a longo prazo.

**Tabela 3 - Evolução da dívida pública da união**

<b>Data</b>	<b>Dívida total (M.US\$)</b>	<b>Dívida (%PIB)</b>
2010	14.318.120	95,14%
2009	12.535.769	86,59%
2008	10.843.556	73,42%
2007	9.345.533	64,57%
2006	8.866.585	64,18%
2005	8.533.204	65,44%

Elaboração Própria, Fonte: Countryeconomy (2023)

Concomitantemente, o aumento do déficit público, conforme evidenciado na Tabela 4, tornou-se uma preocupação notável. Em 2008, o déficit atingiu 6,60% do PIB, expandindo-se ainda mais nos anos subsequentes. Essa expansão do déficit implica em desequilíbrios nas contas públicas, potencialmente acarretando consequências adversas para a economia. Aumentos persistentes no déficit podem resultar em pressões inflacionárias, elevação da carga tributária e redução na confiança do mercado, impactando negativamente o investimento e a estabilidade econômica a longo prazo.

**Tabela 4 - Evolução do déficit primário**

<b>Data</b>	<b>Déficit (M.US\$)</b>	<b>Déficit (%PIB)</b>
2010	-1.652.787	-10,98%
2009	-1.906.799	-13,17%
2008	-975.466	-6,60%
2007	-420.579	-2,91%
2006	-280.349	-2,03%
2005	-400.077	-3,07%

Elaboração Própria, Fonte: Countryeconomy (2023)

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) conforme a tabela 5 retrata a inflação. Durante a crise, os dados revelam uma relativa estabilidade, com pequenas variações nos anos que a antecederam, mas sem grandes saltos, indicando uma inflação moderada nesse período.

**Tabela X - IPC Total**

<b>Data</b>	<b>IPC Anual</b>
2010	1,50%
2009	2,70%
2008	0,10%
2007	4,10%
2006	2,50%
2005	3,40%

Elaboração Própria, Fonte: Countryeconomy (2023)

As vendas no varejo, conforme apresentado na Tabela 6, registraram uma acentuada queda de 11,50% em 2008, indica uma redução significativa no poder de compra da população, influenciada pelo desemprego e pelo colapso financeiro. Essa diminuição nas vendas no varejo pode desencadear efeitos adversos significativos, resultando em uma menor dinâmica econômica. Análises detalhadas, como as apresentadas em "*Retail Trade and the Depressed Consumer*" (Kumar et al., 2011) e "*Consumer Spending and the Economic Downturn*" (Meyers; Wang, 2010), ressaltam que a redução nas transações varejistas está diretamente correlacionada à diminuição da confiança do consumidor. Essa diminuição na confiança, conforme apontado por esses estudos, exerce um impacto negativo considerável na trajetória de recuperação econômica. Essas obras destacam a importância de compreender a interligação entre o comportamento do consumidor e a saúde econômica global.

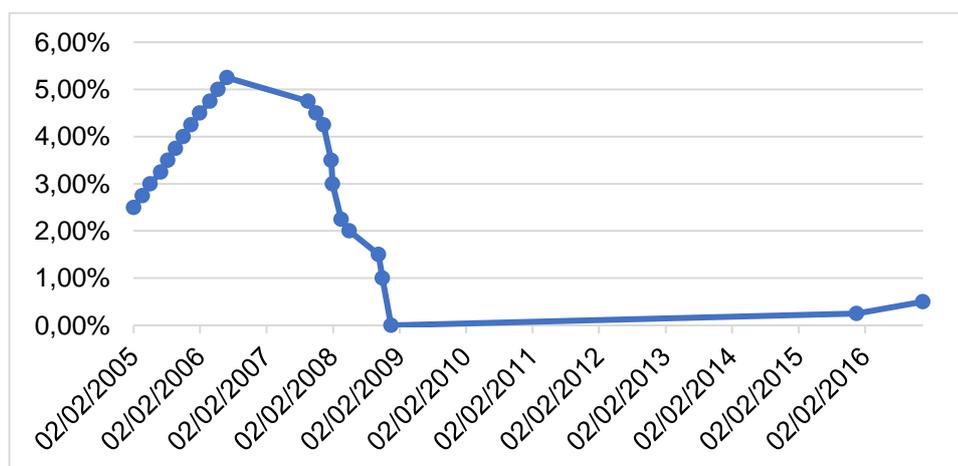
**Tabela X - Vendas no varejo**

<b>Data</b>	<b>Crescimentos nas vendas</b>
2010	6,70%
2009	4,30%
2008	-11,50%
2007	2,90%
2006	5,10%
2005	4,60%

Elaboração Própria, Fonte: Countryeconomy (2023)

As taxas de juros, conforme evidenciado no Gráfico 1, desempenham um papel crucial, exercendo impacto direto sobre o crédito e os investimentos. O período analisado revela uma significativa redução dessas taxas, passando de 3,50% no início de 2008 para atingir 0% em dezembro do mesmo ano. Essa medida reflete a estratégia de políticas monetárias adotada para estimular a economia. Essa redução das taxas de juros tem implicações significativas, como evidenciado em estudo como "*The Effects of Low Interest Rates on the Economy*" (Blinder, 2012). Essa obra ressalta o papel crucial das taxas de juros na promoção do crédito, estimulando investimentos e, por conseguinte, impulsionando a recuperação econômica. Ao analisar as conclusões desse estudo, torna-se claro que a dinâmica das taxas de juros desempenha um papel central na formação do panorama econômico durante períodos de estímulo monetário.

**Gráfico 1 - Taxas de juros nominal**



Elaboração Própria, Fonte: Countryeconomy (2023)

Esta análise dos impactos econômicos fornece uma visão mais completa sobre os efeitos da crise financeira de 2008, fornecendo um panorama claro de como variáveis macroeconômicas críticas interagiram e foram impactadas durante esse período desafiador.

#### 4.3 – POLITICAS GOVERNAMENTAS APLICADAS APÓS A CRISE

A crise financeira de 2008 deixou marcas profundas na economia global, e a resposta governamental desempenhou um papel crucial na contenção dos danos e

na implementação de medidas para prevenir crises semelhantes no futuro. Ben Bernanke, presidente do Federal Reserve na época, desempenhou um papel central nesse cenário, liderando iniciativas significativas para estabilizar o sistema financeiro e implementar reformas regulatórias substanciais.

Após o desencadeamento da crise, a securitização de hipotecas, inicialmente concebida para diversificar riscos, tornou-se um vetor de propagação da crise, evidenciando falhas no sistema financeiro. Nesse contexto, Bernanke adotou a postura de "emprestador de última instância", buscando estabilizar o sistema financeiro por meio da janela de redesconto. No entanto, as condições rigorosas para obtenção de empréstimos e a desconfiança generalizada limitaram a eficácia dessas medidas de resgate (BERNANKE, 2015).

Após a estabilização inicial, Bernanke voltou sua atenção para propostas de reforma no sistema regulatório financeiro. Essa iniciativa resultou na promulgação da "Lei Dodd-Frank" em 2010, uma legislação abrangente que buscou abordar as lacunas no sistema financeiro e mitigar os riscos sistêmicos (BERNANKE, 2015).

A "Lei Dodd-Frank" conferiu ao Federal Reserve uma autoridade ampliada sobre a regulamentação financeira, expandindo a supervisão para além dos bancos tradicionais. Instituições financeiras não bancárias, companhias controladoras de bancos, grandes bancos de investimento de Wall Street e grandes seguradoras passaram a ser abrangidos pela supervisão. A legislação estabeleceu índices mais rigorosos de adequação de capital e outros padrões regulatórios, visando fortalecer a solidez do sistema (BERNANKE, 2015).

Outro aspecto crucial da reforma foi a introdução de um mecanismo de falência ordenada. Esse mecanismo proporcionou um caminho estruturado para dissolver ou assumir instituições financeiras à beira da falência, evitando o caos observado durante a crise do Lehman Brothers e lidando de forma mais eficaz com instituições consideradas "grandes demais para quebrar" (BERNANKE, 2015). Além disso, a "Lei Dodd-Frank" abordou questões relacionadas à transparência e negociação de derivativos financeiros. A legislação visou aumentar a eficiência das bolsas de valores e aprimorar a transparência nas negociações para reduzir os riscos no mercado financeiro (BERNANKE, 2015).

As considerações de Geithner (2014) acerca da "Lei Dodd-Frank" revelam uma abordagem mais pragmática em contraste com as posições de Bernanke (2015). Enquanto Bernanke (2015) desempenhou um papel crucial na elaboração e promoção

da legislação, Geithner (2014) expressa, em suas reflexões, uma avaliação mais equilibrada das medidas implementadas, o autor reconhece a importância da legislação Dodd-Frank na mitigação de riscos sistêmicos, fortalecendo a supervisão financeira e estabelecendo procedimentos para falências ordenadas. No entanto, ele também destaca desafios práticos, como a implementação eficaz de regulamentações complexas e a necessidade de equilibrar a estabilidade financeira com a capacidade contínua de fornecer crédito e apoiar o crescimento econômico (GEITHNER, 2014).

Essa perspectiva contrasta com a visão mais otimista de Bernanke, sugerindo uma análise mais cautelosa e centrada na eficácia prática da legislação. Essas divergências oferecem uma visão abrangente das complexidades envolvidas na formulação e implementação de reformas financeiras significativas.

Em resumo, a "Lei Dodd-Frank" representou um esforço abrangente para fortalecer a resiliência do sistema financeiro, aprendendo com as lições dolorosas da crise de 2008. Ao abordar questões importantes como supervisão, falência ordenada e transparência, a legislação buscou criar um ambiente mais estável e resistente a choques sistêmicos.

Essas medidas não apenas refletiram a necessidade imediata de conter os danos da crise, mas também sinalizaram um compromisso de longo prazo com a estabilidade financeira. A implementação dessas reformas não foi isenta de desafios, mas o esforço em direção a um sistema mais robusto e transparente marcou uma mudança significativa na abordagem regulatória do setor financeiro nos Estados Unidos. À medida que o legado da crise de 2008 persiste na consciência coletiva, as reformas implementadas, especialmente pela "Lei Dodd-Frank", oferecem um modelo para lidar com crises financeiras e fortalecer a resiliência do sistema econômico global.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A crise financeira de 2008, um evento de grande repercussão na história econômica global, revelou nuances cruciais dessa época desafiadora. As análises dos dados macroeconômicos destacaram elementos fundamentais para a compreensão do colapso financeiro. Originada em empréstimos de alto risco no setor de hipotecas subprime, a conjuntura se manifestou de maneira expressiva na crise imobiliária, que culminou em uma crise de crédito que se tornou um dos precursores marcantes da turbulência financeira de 2008.

A complexidade dessa crise foi agravada pela inovação financeira desregulada, diante de produtos complexos como CDSs e CDOs. Enquanto esses instrumentos geravam lucro, também carregavam ativos tóxicos e opacos, abala a confiança dos investidores quando a qualidade dos ativos subjacentes se tornava transparente. A regulação inadequada e a falta de supervisão no setor financeiro abriram espaço para práticas de alto risco, onde permitiu iniciativas financeiras sem a devida supervisão e aumenta a alavancagem, fragiliza, assim, o sistema financeiro.

Ao explorar as causas dessa crise, torna-se evidente que ela foi resultado de uma combinação de fatores, desde a concessão imprudente de empréstimos até a inovação financeira desregulada. Esse cenário ressaltou a necessidade premente de políticas mais robustas e regulamentações eficazes para salvaguardar a estabilidade financeira em escala global.

O escopo do estudo abrangeu alguns indicadores macroeconômicos, desde o Produto Interno Bruto (PIB) até dívida pública, déficit, inflação, taxa de juros, desemprego e vendas no varejo. A revisão dos indicadores do PIB evidenciou que a desaceleração econômica foi exacerbada pela crise, refletida em uma taxa de desemprego que aumentou drasticamente, sinaliza a instabilidade no mercado de trabalho decorrente do colapso financeiro. Por sua vez, a dívida pública e o déficit apresentarem aumentos significativos, reflete os esforços dos governos para estabilizar a economia e resgatar setores afetados.

Embora a inflação tenha permanecido relativamente estável, as vendas no varejo sofreram uma queda acentuada, evidencia um declínio no poder de compra da população. As taxas de juros emergiram como uma ferramenta-chave, registra uma queda significativa em resposta à crise, que visa estimular a economia.

A complexidade dos impactos da crise foi global, afeta não apenas os Estados Unidos, mas a economia mundial como um todo. A redução do crescimento econômico, o aumento do desemprego, o endividamento estatal, a inflação moderada e a queda no consumo varejista criaram um cenário desafiador que persistiu por anos.

Esses indicadores econômicos, considerados conjuntamente, mostram o impacto significativo da crise e sublinham a necessidade contínua de compreender e avaliar indicadores macroeconômicos para antecipar e mitigar futuros desafios. A resposta governamental, liderada por Ben Bernanke, presidente do Federal Reserve, desempenhou um papel crucial na contenção dos danos da crise financeira de 2008 e na prevenção de futuras crises. A implementação da "Lei Dodd-Frank" em 2010

reflete esse compromisso, aborda lacunas no sistema financeiro e mitiga riscos sistêmicos. Esta legislação conferiu ao Federal Reserve uma autoridade expandida, que supervisiona não apenas instituições bancárias tradicionais, mas também entidades não bancárias.

Além de fortalecer a solidez financeira por meio de índices mais rigorosos de adequação de capital, a lei introduziu um mecanismo de falência ordenada para enfrentar instituições "grandes demais para quebrar". Ao abordar transparência e negociação de derivativos financeiros, a "Lei Dodd-Frank" representa um esforço abrangente para aprender com as lições da crise, marca uma mudança significativa na abordagem regulatória e oferece um modelo valioso para promover a estabilidade financeira global.

A análise da crise financeira de 2008 proporciona valiosas lições não apenas sobre o período da crise, mas também sobre a importância da regulamentação financeira, supervisão adequada, políticas de resposta a crises e medidas preventivas. A compreensão desses indicadores fornece ensinamentos valiosos para decisores políticos e economistas, orienta a preparação para enfrentar futuras crises e a criação de estratégias que promovam estabilidade econômica e financeira.

Em resumo, a crise de 2008 foi um evento marcante que moldou profundamente as políticas e regulamentações financeiras em escala global. Reforçou a necessidade de compreensão, monitoramento e reação proativa a indicadores macroeconômicos para garantir uma economia mais robusta e resistente a crises no futuro. Contudo, é vital reconhecer as limitações inerentes a este estudo, como a abordagem seletiva, a perspectiva centrada nos Estados Unidos e a análise através de medidas estatísticas. Ressalta-se a importância de futuras pesquisas para abordar essas lacunas e proporcionar uma compreensão mais abrangente da complexidade envolvida na crise e nas medidas tomadas para mitigá-la. Considera a amplitude da crise financeira de 2008 e sua influência global, sugere-se explorar o impacto específico desse evento na economia brasileira para pesquisas futuras. Uma análise aprofundada das interconexões entre a crise internacional e os indicadores macroeconômicos brasileiros, como o Produto Interno Bruto (PIB), taxa de câmbio, inflação e mercado de trabalho, pode oferecer ensinamentos cruciais sobre como as políticas governamentais e as características econômicas do Brasil responderam à crise global.

Outra direção potencial para pesquisas futuras é a avaliação da eficácia das medidas adotadas pelo governo brasileiro para mitigar os impactos da crise, identificando lições aprendidas e possíveis ajustes para aprimorar a resiliência do país diante de eventos econômicos adversos no futuro. Essa abordagem mais específica proporcionaria uma compreensão mais abrangente da dinâmica econômica pós-crise, que contribui para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de prevenção e resposta a choques financeiros no contexto brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, L. "**Crises financeiras.**" *Relações Internacionais*, n. 23, 2009.

BERNANKE, B., GEITHNER, T. F., LIANG, J. N., & PAULSON, H. M. **First Responders: Por Dentro da Estratégia dos EUA para Combater a Crise Financeira Global 2007-2009**, 2020

BERNANKE, B. S. **The Courage to Act: A Memoir of a Crisis and Its Aftermath.** **W. W. Norton & Company**, 2015

BLINDER. **The Effects of Low Interest Rates on the Economy**, 2012

BORIO, C. EV; DREHMANN, M. Avaliação do risco de crises bancárias – revisitado. **BIS Quarterly Review**, 2009.

CALOMIRIS, C. W.; GORTON, G. "The origins of banking panics: models, facts, and bank regulation." In: *Financial markets and financial crises.* **University of Chicago Press**, 1991. p. 109-174.

CECHIN, A.; MONTOYA, M. A. "Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008." **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 23, n. 48, 2017.

CONTRYECONOMY.COM. "Dados econômicos e demográficos por país." **Contryeconomy.com**, 2023. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/>. Acesso em: 11 de novembro de 2023.

DATZ, M. Risco sistêmico e regulação bancária no Brasil. Dissertação de mestrado (Mestrado em Economia). **Fundação Getúlio Vargas**, 2002.

FERREIRA, P. R. N. "A crise do subprime e a ação governamental nos EUA: uma análise da política econômica na formação da bolha imobiliária e a interpretação da escola austríaca." 2013.

GEITHNER, T. F. **Stress Test: Reflections on Financial Crises.** Crown. 2014

GONTIJO, C; OLIVEIRA, F. "A crise da globalização financeira." **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA**, v. 14, p. 1-25, 2009.

KANE, E. J. Banking Crises. Washington, D.C.: **The Urban Institute Press**, 1989.

KUMAR, et al. **Retail Trade and the Depressed Consumer.** 2011.

KINDLEBERGER, C. P.; ALIBER, R. Z. Manias, Panics, and Crashes: A History of Financial Crises. **New York: Palgrave Macmillan**, 2015.

MEYERS; WANG. **Consumer Spending and the Economic Downturn.** 2010.

REINHART, C. M.; ROGOFF, K. S. This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly. **Princeton: Princeton University Press**, 2009.

SHERMAN, D.; KENYON, M. **Systemic Risk and the Financial Crisis: A Primer**, 2008.

SOARES, S. V; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. "Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade." **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

STIGLITZ, J. E. Globalization and Its Discontents Revisited: Anti-Globalization in the Era of Trump. **New York: W. W. Norton & Company**, 2017.

WESSEL, D. \*Os Bastidores da Crise: A batalha de Ben Bernanke no Banco Central Americano e sua influência na economia global. \*1. ed. Tradução G. Yamagami. **Rio de Janeiro: Elsevier**. 2009.